

**A MÚSICA DAS ESFERAS CELESTES:
O COSMOS E O DESEJO DE SABER EM HERÁCLITO³**

J. A Colen
Centro de Ética Política e Sociedade
Universidade do Minho
orcid.org/0000-0003-0270-7416

A ciência moderna não fornece respostas quanto à nossa existência, mas é muito útil (basta pensar nas torradeiras e micro-ondas, para não falar nas máquinas de lavar, que tanto tempo nos poupam, mesmo se a ciência não diz para quê). Mas o cosmos espanta-nos e os amigos do maravilhoso são os amigos da sabedoria. Num dos seus poemas, uma escritora americana do século XIX com fama de solitária, Emily Dickinson, dedica-se a observar as estrelas. O poema “Ó Lua –e Estrela!”, começa com o ritmo de uma canção de embalar:

Ó, Lua – e Estrela!
Estás muito longe –
Mas embora não exista nenhuma
mais terrestre do que tu
Julgas que eu ia parar
por um firmamento –
ou um côvado, aproximadamente.

À medida que o poema avança, o que tinha começado com alegria infantil acaba num tom de lamento plangente:

Mas Lua, e Estrela,
embora estejas muito longe
há o que está – mais longe que tu
Ele –está a mais que um firmamento – de Mim
Portanto não posso lá ir.

O fim do poema é ambíguo: é possível que a estrela seja Vénus e o poema fale do amor não correspondido; é possível também que fale simplesmente do anseio

³ “A Música das Esferas Celestes”. In Gonçalo Silva, António Morais e Miguel Oliveira, ed. *Da Inquietação Filosófica. Conversas sobre Questões de Vida ou de Morte*. Carcavelos: Editorial Aster, 2022, pp. 33-44.

por algo inalcançável. Se nos deitamos de costas, num prado, a olhar para as estrelas; ou talvez na praia sobre uma toalha, a olhar para as nuvens no céu (é espantoso que não caímos para cima!), parece-nos ver não só o firmamento, mas um infinito que não nos responde, o inalcançável – inalcançável na nossa pequenez.

Os antigos gregos e romanos não viam um infinito, viam antes uma abóbada celeste por cima de nós (podemos dar-lhes meia razão: de dia, o que hoje nos parece infinito é apenas a atmosfera). Pitágoras, o filósofo e matemático, usava a palavra “cosmos” assim, para designar a abóbada celeste, o firmamento, mas rapidamente o “cosmos” passou a ser usado para designar a totalidade do universo.

Quão grande é o universo, para além dessa abóbada celeste por cima de nós? Pode parecer uma pergunta estranha, mas os físicos têm uma resposta pronta: o universo visível tem 93 mil milhões de anos-luz de extensão (o que é muito importante, embora a maioria de nós fique estonteado com estas ordens de grandeza e não veja bem a diferença entre tal enormidade e o infinito). A maioria das diversas distâncias no cosmos são tão grandes que se medem em anos-luz. Um ano-luz não é, como pode parecer pelo nome, uma unidade de tempo: é uma medida de comprimento do espaço. É a distância que a luz percorre num ano à velocidade de 300 mil quilómetros por segundo, que corresponde a uns impressionantes 9,46 biliões de quilómetros.

No entanto quando olhamos para o cosmos, não estamos só a ver coisas muito distantes, estamos a vê-las como elas foram no passado. Por exemplo o sol, que se levanta a oriente, está a cerca de 150 milhões de quilómetros, mas a luz do sol leva cerca de oito minutos a chegar à Terra. Portanto, quando um estudante de filosofia se levanta muito cedo (ou mais provavelmente não dormiu) para ver o nascer do sol, não está a ver o sol como é naquele momento, mas como era oito minutos antes (o tempo de fazer uma torrada). Deixou escapar o momento crucial!

As outras estrelas que vemos no céu estão tão longe que podem já ter morrido hoje, porque a luz que emitem leva anos, às vezes séculos ou milénios a chegar até nós. Por exemplo, é sabido que a estrela mais próxima de nós, *Proxima Centauri*, está a 4,24 anos-luz do nosso sistema solar, quer dizer, o que acontece lá chega-nos com um atraso de quase cinco anos. Parece lembrar as gazetas holandesas do século XVII, que relatavam a chegada e carga dos navios com muito atraso (um suíço nunca toleraria isso).

Embora o universo visível tenha 93 mil milhões de anos-luz, tem apenas 13,7 mil milhões de anos de idade. Podíamos pensar que o cosmos, pelo menos o cosmos visível, seria tão antigo como extenso: a idade do cosmos seria igual ao tempo que a luz levou a chegar até nós. Mas isso só seria assim se o universo estivesse estático.

Os cientistas pensam que o universo está em expansão, quer dizer, está, por assim dizer, cada vez mais “esticado”. Exatamente como um balão onde pintamos

umas estrelas de prata e depois o enchemos: depois de cheio as estrelas ficam muito mais afastadas. Com efeito, hoje os cientistas dizem também que se pode calcular quando começou o cosmos. Sabem-no porque temos grandes telescópios em volta da Terra que medem a luz que cá chega e calculam o “atraso” com que a observamos.

Quando o universo começou estava inundado de uma luz intensa que desde o início do tempo começou uma grande travessia até aqui chegar. A luz que existia então (e que só vemos agora) levou 13,7 mil milhões de anos a chegar cá. Mas há algo mais antigo que a luz que vemos: um fundo de radiação cósmica de micro-ondas (como as do útil eletrodoméstico).

Os cientistas de hoje dizem-nos que o mundo nos primeiros instantes, por assim dizer, consistia num ponto muito compacto e muito quente, antes de começar uma expansão que dura até hoje. É o famoso “Big Bang”, uma expressão que sugere aos ingénuos que houve espécie de explosão estrondosa (um banguê), mas a ideia não tem fundamento: já Aristóteles, outro filósofo grego, tinha deduzido que não havia música nas esferas celestes. Antes parece que as “leis da natureza” (uma metáfora, pois não são leis legisladas por um parlamento) ainda não se aplicavam.

O DESEJO DE SABER

Claro este retrato é em parte “especulativo” (no bom sentido, pois requer raciocínios e inferências). Os antigos não tinham telescópios fora da atmosfera, mas já faziam observações astronómicas e calculavam órbitas.

Às vezes diz-se que os antigos faziam estes estudos porque se preocupavam com a agricultura, com as marés ou com os deuses, mas soa um pouco a falso. O que motiva a maior parte dos físicos hoje, para além da carreira profissional, é a curiosidade desinteressada.

A preocupação religiosa não é muito importante. Um ateu e materialista francês, Laplace, quando Napoleão lhe perguntou qual o lugar de Deus no seu sistema, respondeu que não precisava dessa hipótese para fazer os seus cálculos (Einstein pelo contrário dizia que era impossível não pensar no assunto e até que as leis da natureza são certas porque “Deus não joga aos dados com o universo”).

Só depois da curiosidade intelectual, atrás do desejo de “saber por saber”, quer dizer, em segundo ou terceiro lugar na lista de motivos, é que vem a preocupação com a tecnologia: produzir micro-ondas, ecrãs de plasma e torradeiras. Dizer que as aplicações práticas da ciência não são o mais importante não fica bem. Mas outro materialista francês mais recente, Jacques Monod, escandalizou os colegas cientistas na sua conferência inaugural no Collège de France em Paris, dizendo que a ciência deve ser “inútil”, quer dizer, desinteressada.

A técnica é útil, mas é muito mais independente da ciência do que se diz: são duas propensões humanas, duas atitudes que nascem no fundo dos tempos.

De uma das atitudes nasceu a magia que quer manipular o universo e que está na origem da técnica moderna; da outra atitude nasceu a filosofia da qual se foram desprendendo aos poucos as ciências teóricas ou especulativas, como planetas que se desprendem do sol radiante da filosofia. Isaiah Berlin diz mesmo que a história da filosofia é uma espécie de parricídio: quando sabemos onde buscar a resposta sobre alguma coisa, as ciências filhas matam o pai (uma coisa freudiana) e separam-se da filosofia.

Hoje, enquanto estamos deitados a observar o céu, a dimensão do cosmos pode tanto encantar-nos como aterrorizar. O que espantava os antigos e ainda motiva a curiosidade dos cientistas modernos é a aparência de “ordem” no mundo quando a termodinâmica prevê uma entropia crescente. Os gregos, maravilhados, chamavam a isto “cosmos”, o contrário de “caos”.

OS COSMÓLOGOS E O NASCIMENTO DA METAFÍSICA

No século V antes de Cristo, os cálculos dos matemáticos da Grande Grécia eram muito sofisticados (a Grande Grécia era uma espécie de “Novo mundo”, de América, um território virgem e extenso que parecia acolhedor a quem vinha formar colónias deixando a sua cidade natal na montanhosa Grécia).

Com base nas observações dos astrónomos egípcios, estes matemáticos tinham alcançado grandes êxitos movidos pela sua ânsia de satisfazer a curiosidade pelo inútil. Ao contrário das lendas, sabiam muito bem que a Terra não era plana e até tinham um cálculo bastante aproximado da circunferência terrestre. Deram nomes e estudavam as estrelas visíveis acima da abobada celeste; descreveram o movimento das estrelas e planetas observados da terra. E tinham até cartografias detalhadas do mundo supralunar (abaixo da lua; no nosso mundo, as causas das coisas são um bocado confusas, mas acima pareciam mais regulares).

Os cientistas hoje, pelo contrário, partem de um princípio chamado “princípio cosmológico”, quer dizer, da ideia de que as leis da natureza se aplicam de igual forma na terra e no resto do universo (mas é preciso concordar que não é o que parece).

O mundo e a sua ordem eram objeto de tanto interesse especulativo como hoje. Já em Eleia, na Grande Grécia, e em Mileto, na costa da Ásia menor – onde quer que os gregos tivessem fixado colónias – havia grande curiosidade e espírito inquisitivo.

Não restou nenhuma obra completa dos sábios de Eleia a Mileto e mesmo o que chamamos “fragmentos” na realidade são quase sempre excertos citados por autores séculos posteriores (como se hoje os estudantes de filosofia citássemos de cor afirmações dos primeiros economistas como Adam Smith ou David Ricardo: esperemos que os autores antigos tivessem melhor memória que nós). Fez-se um grande esforço de reconstituição recolhendo até frases isoladas, mas não é difícil imaginar os limites destas tentativas de reconstruir o seu pensamento a partir de

frases ou páginas isoladas. Ainda assim, os estudantes sentem-se obrigados a recitar estas frases como um encantamento que os identifica como parte da tribo da filosofia.

Aparentemente, os filósofos de Eleia e Mileto tinham começado por perguntar-se por exemplo de que era feito o cosmos (o seu princípio ou *archê*), como era possível haver movimento, porque era o movimento na terra (sublunar) tão caótico, mas aparentemente tão perfeito acima (a lua faz órbitas em torno da terra quase perfeitamente circulares).

Seguindo as pisadas de Xenófanes, Parménides de Eleia foi provavelmente o mais profundo dos filósofos interessados no cosmos, propondo uma teoria surpreendente: nada verdadeiramente muda.

Escreveu as suas teorias em verso, imaginando que somos levados por uma carruagem conduzida por aurigas até uns portões onde nos espera uma deusa que nos revela a natureza das coisas. Diz Parménides:

E a deusa recebeu-me com benevolência, pegou na minha mão direita com a sua e dirigiu-se a mim com estas palavras:
Ó jovem, companheiro dos aurigas imortais, que chegas à nossa morada com as éguas que te transportam, Salve!
eu te saúdo, porque não foi um mau fado o que te levou a seguir este caminho, que está fora do caminho trilhado pelos homens, mas foste movido pela lei e justiça.
Deves aprender tudo, tanto o imperturbável coração da Verdade circular, como as Opiniões dos mortais, nas quais não existe um conhecimento verdadeiro.

O seu poema tinha duas partes, uma sobre a Verdade (*Alêtheia*), outra sobre as aparências ou a Opinião (*Doxa*): uma sobre o que realmente é, outra com conjeturas sobre como o mundo parece ser. Agora ambas as partes do texto do poema estão incompletas, mas a segunda parte foi mais danificada pelo passar do tempo. A razão permite-nos deduzir que não há movimento, embora exista outra via, menos perfeita, que é a da opinião ou das conjeturas baseadas nos sentidos, que nos apresentam um retrato do mundo terreno, onde nos inserimos (os antigos diziam sublunar).

Heráclito, pouco antes ou pouco depois (não estamos certos), dizia, pelo contrário, que tudo muda e por isso é incompreensível, um aparente caos.⁴

O mais importante filósofo da ciência do séc. XX, Karl Popper, um austríaco que reunia com outros filósofos nos cafés da Viena imperial antes de ser obrigado a emigrar por ser judeu, leu na biblioteca do pai muitos livros destes autores

⁴ Platão diz-nos que “Heráclito diz nalgum lugar que toda as coisas se movem e nada está quieto e, comparando as coisas existentes com a corrente de um rio diz que não te poderias banhar duas vezes no mesmo rio”.

gregos quando era jovem. Já no fim da vida, dedicou a Parménides, a Xenófanes e ao seu mundo, um livro que foi impresso postumamente.

Nesse livro, Popper revela uma admiração sem reservas por estes dois filósofos (e um certo preconceito contra Heráclito). Porque, de certa forma, os dois primeiros antecipam a concepção da ciência como o próprio Popper entende que esta deve ser. A ciência deve ser guiada por um otimismo em relação à busca incessante do conhecimento (busca como uma corrida numa carruagem veloz com belas éguas, para usar a metáfora de Parménides), deve ser uma busca do conhecimento científico que é sempre uma aproximação da verdade – embora nunca um conhecimento certo e definitivo.

Quando Popper analisa os poucos fragmentos restantes do poema de Parménides, descobre uma característica muito semelhante ao seu próprio “racionalismo crítico”: um discurso baseado em conjeturas.

A LÓGICA, AS CIÊNCIAS FORMAIS E AS EMPÍRICAS

A primeira grande questão que se levanta é se Parménides (o herói de Popper) tem razão e se podemos realmente saber alguma coisa sobre o “panorama geral” do universo, do cosmos. E como podemos saber? A lógica mais rigorosa não parece ajudar demasiado.

A razão é comum a todos os homens. Houve, no século XX, um debate entre os antropólogos sobre se os homens “primitivos” não teriam uma razão ou lógica diferente, feita de participação (e não de causalidade), de um tempo circular (em vez de unilinear), e por aí adiante. Marcel Mauss, um sociólogo que vivia em Paris, defendeu isso e escreveu livros muito interessantes a defender ideias como estas. Claude Lévi-Strauss saiu de Paris e passou algum tempo na Amazônia e concluiu que não, que os índios eram tão “racionalis” como nós. Marcel Mauss mudou de ideias no fim da vida, mas nós pensamos que as tribos primitivas devem ser muito diferentes e temos alguma dificuldade em aceitar a conclusão⁵.

Mesmo que a razão seja comum a todos, na prática nem sempre pensamos com cálculos matemáticos ou “silogismos” em formatura militar, como no raciocínio:

Os homens são mortais
Parménides é homem
logo Parménides é mortal

Um livro escrito duzentos anos depois, intitulado *Os Segundos Analíticos*, fazia uma descrição razoável de como procede a ciência. Mas deixou um problema em aberto: a dedução (do geral ao particular, como a dos silogismos) parece ser

⁵ Louis Dumont, um outro sociólogo francês, tentou defender a mesma ideia sobre o raciocínio prático no mundo hierarquizado das castas da Índia, onde na ausência da ideia de homem ocidental, um “individualista calculador, a vida se regia por outros princípios (mas depois concluiu-se que mesmo sem saber que eram indivíduos, os comerciantes da Índia quando davam empréstimos e calculavam as taxas de juro como um tubarão das finanças capitalista).

sempre válida para todos os homens que decidam usar a sua razão meticulosamente; mas a indução (do particular ao geral) não é perfeitamente simétrica e, igualmente, nem sempre válida, por mais meticulosos que sejamos. Podemos fazer uma observação baseada em muitas experiências repetidas e dizer: este cisne é branco, aquele também; porém não devemos concluir que todos os cisnes são brancos. Pode sempre aparecer um cisne negro.

Nem sequer podemos confiar no que é razoável, verosímil: Leibniz, um racionalista, contava a história de um viajante ocidental que relatara coisas espantosas ao sultão das arábias que o acolhera e que este aceitou sem pestanejar até que o viajante foi longe de mais e afirmou que no seu país do Norte às vezes a água ficava tão rígida que um elefante poderia passar por cima sem se afundar. O sultão sabia que tal era realmente inverosímil e castigou severamente o viajante porque não lhe parecia verosímil que existisse algo como o gelo.

Podemos, pois, pensar que não conseguimos saber nada com certeza. Sexto Empírico, um cético romano, fez uma das listas mais radicais que conhecemos de todas as razões para duvidar: os sentidos enganam-se e enganam-nos constantemente; pode ser tudo um sonho, e por aí fora. Os matemáticos e físicos não fazem melhor: enganam-se constantemente, as teorias científicas passam a vida a mudar.

Uma segunda questão é se o que julgamos saber provisório nos diz alguma coisa útil sobre como viver. Alguns preferem distinguir as “grandes questões” (de vida ou de morte), propriamente filosóficas, das questões que as ciências formais e empíricas conseguem resolver. Passamos a vida a colocar as questões em duas gavetas. A gaveta das ciências formais inclui a geometria, a álgebra, a heráldica e o xadrez; a gaveta das ciências empíricas inclui a astronomia, a culinária e a química. As questões filosóficas (o que é o tempo, porque há três dimensões, etc.) seriam as que ainda não sabemos como categorizar, que método usar para obter respostas.

Ignorando de momento essa questão, a gaveta empírica parece algo estranha. Como é que as ciências empíricas, que são baseadas em observações singulares de cisnes, nos permitem extrair regras universais, se a indução é incerta? (É de lembrar que as leis do universo não são promulgadas pelo parlamento ou um ato de vontade: *fiat*, “faça-se!”).

CONJETURAS E MUDANÇAS DE PARADIGMA

Karl Popper encontrou uma solução peculiar para o problema da indução: esta não existe, e não há nenhum “método” na ciência. Os cientistas fazem teorias, conjeturas e buscam a inspiração onde podem (por exemplo, Newton descobriu a “lei da gravidade” quando viu cair uma maçã, um episódio verdadeiro). Se forem intelectualmente honestos, não apenas apresentam uma teoria, mas dizem como a sua teoria pode ser desmentida (ao contrário dos psicanalistas e dos comunistas, dizia Popper, que nunca se expõem à refutação). Se uma teoria, mesmo a mais

elaborada, não estiver aberta ao desmentido, à falsificação, não é uma teoria científica genuína.

Mas Thomas Kuhn, outro filósofo da ciência (que teve certo sucesso por algum tempo apesar de defender uma ideia trivial), objetou que não são só os filósofos que arrumam as coisas em categorias, pois mesmo os cientistas trabalham com uma teoria como pano de fundo, sem questionar os seus “paradigmas” (a palavra está para ficar no nosso vocabulário). Os paradigmas científicos poderiam de repente mudar, “porque sim”, sem nenhuma razão aparente.

As “narrativas” que Kuhn apresenta visam provocar tanto espanto como as afirmações do viajante da história de Leibniz (mas nós não as rejeitamos como o sultão, porque a audiência gosta do gênero). Se acreditamos nele, esses paradigmas passam a vida a mudar de modo arbitrário.

Popper revoltou-se e respondeu: não é o inverso o que se passa? Os cientistas só mudam de teoria fundamental com relutância, e quando mudam sabem apresentar as suas razões, não é só “porque sim”. Reconheceu, contudo, que o retrato não era completamente falso (apenas trivial), mas achou a conclusão detestável: descreve o que fazem os cientistas no dia-a-dia, a ciência “normal”, quer dizer a atividade da ciência rotineira.

A noção de ciência normal é o que fazem os cientistas movidos pela preocupação com a carreira e o respeito dos pares, mas não descreve a ciência “inútil” movida pelo verdadeiro amor da verdade que é o que (para ele) sempre moveu as mentes inquisitivas dos “autênticos” cientistas.

A ESTRANHA SINTONIA ENTRE RAZÃO E NATUREZA

Há alguma coisa que parece estar por explicar: porque está a nossa razão suficientemente de acordo com a realidade para sermos “niilistas pragmáticos” e não ficarmos tão paralisados que deixemos de tomar café?

Kant sugeriu que somos nós que impomos as nossas “categorias” e “formas de entendimento” à informação que recebemos dos sentidos; outros, como Hegel, sugerem que o mundo está todo na nossa cabeça, é uma criação da Razão. Isaiah Berlin sugere como Kant que as questões propriamente filosóficas dizem respeito às “categorias” na nossa cabeça e que estas categorias nos permitem organizar a realidade, embora ao contrário de Kant diga que estas categorias mudam com as circunstâncias da história e da geografia.

A solução de Popper é “pluralista”: não há *um* método científico (nem dois), existem muitos. Que método cada um usa é um problema privado do cientista. O que há são teorias que devem ser passíveis de “falsificação” ou refutação.

Tal pressupõe uma teoria absolutista da verdade, quer dizer a ideia de que a verdade é a correspondência entre as nossas teorias e afirmações e os factos.

A realidade é como é; não podemos fazer nada em relação a isso (um aborrecimento se queremos ser originais). O nosso conhecimento dela é que se

baseia em conjecturas mais ou menos exatas sobre como a realidade é, que permitem fazer previsões. Se não há nada definitivo na ciência é porque esta funciona como uma “caixa negra” fechada e não sabemos o que acontece lá dentro: só vemos o que entra e sai e vamos aperfeiçoando a imagem do que lá se passa no seu interior e como se passa. Quando o resultado nos surpreende procuramos uma teoria melhor.

A VENDA DO HISTORICISMO

No mundo humano, na história e na vida do dia-a-dia não é bem assim: ou Sócrates morreu ou não. Podemos ter dúvidas e precisar de mais informações, mas normalmente não é difícil chegar a uma conclusão definitiva que não pode ser melhorada.

Talvez se fizermos descer a filosofia dos céus à terra haja mais certezas, e até mais conhecimento certo (certeza e conhecimento são coisas diferentes), que não dependa do tempo histórico e dos paradigmas do cientista.

Os que defendem que tudo depende do “contexto histórico” opõem-se aos dogmáticos. O dogmatismo dos filósofos apresenta realmente as suas dificuldades, pois como disse um perspicaz estudante de filosofia do século XX, “nenhum homem competente de nossa época consideraria simplesmente verdadeiro o ensino completo de qualquer pensador do passado. Em todo o caso, a experiência tem mostrado que o originador do ensinamento tomou coisas como certas que não devem ser tomadas como certas ou que ele não conhecia certos factos ou possibilidades que foram descobertos numa era posterior.”

Os modernos céticos, portanto, acusam os sábios e cientistas do passado de partir de “suposições gratuitas” de que não tinham consciência e que podem muito bem-estar erradas. Parece deduzir-se, portanto, que nenhuma teoria até hoje representou a verdade completa, pois, como esse estudioso da filosofia disse, “é razoável supor que o que invariavelmente aconteceu até agora acontecerá novamente e novamente no futuro.” Quer dizer, nenhuma visão de toda a vida humana se pode declarar final ou universalmente válida, pois cada “doutrina aparentemente final, será substituída mais cedo ou mais tarde por outra doutrina.”

O historicismo, a ideia de que as coisas mudam com a época da história, foi durante algum tempo libertador antes de se tornar o dogmatismo do nosso tempo: tudo é contingente (uma “meia-verdade”).

Não nos devemos sentir superiores aos maiores sábios do passado, que vemos com paternalismo. Não devemos esquecer a queixa de Voltaire: “temos licenciados que sabem tudo o que os grandes homens do passado ignoravam.”

Claro, a experiência dos erros do passado não prova que continuemos a errar. Como disse Leo Strauss, pode ser que no futuro, talvez na Birmânia em 2200,

haja uma visão final das coisas (a Birmânia não parece ter condições propícias, mas nunca se sabe). Para já e impõe-se uma certa medida de cautela.

SÓCRATES ANTES E DEPOIS DA REVOLUÇÃO SOCRÁTICA

Um dos primeiros filósofos a recomendar essa cautela dedicou-se a alertar os seus concidadãos acerca da inconsistência das suas (e nossas convicções). Foi Sócrates e foi tão importante que todos os filósofos seus antecessores (e também seus contemporâneos) passaram a chamar-se “pré-socráticos”.

Segundo Aristófanes, um dramaturgo que escreveu uma comédia sobre ele e a sua escola de pensamento (a que chamou “Pensatório”), Sócrates interessou-se na sua juventude pelas especulações sobre o cosmos. Mas parece que depois veio a considerá-las inúteis, fonte de distração e mesmo ímpias.

O raciocínio de Sócrates era mais ou menos este: se os deuses não quiseram revelar os seus segredos sobre o cosmos porque continua o homem com vãs tentativas que os afastam do conhecimento dos assuntos humanos? É o que contam também vários dos seus estudantes (alguns mais fiáveis que outros).

Sócrates, portanto, diz Xenofonte (um desses estudantes), não devia ter sido acusado e condenado por impiedade pois:

não discutia, como o faz a maior parte dos outros (filósofos), sobre a natureza do universo, examinando o funcionamento dessa entidade a que os sábios chamam Cosmos ou sobre quais as leis que presidem a cada um dos fenómenos celestes. Pelo contrário, apresentava como loucos esses que se perdiam em tais pensamentos. (...) E espantava-o, até, que não lhes fosse evidente que era impossível ao ser humano encontrar respostas para tais questões; porque mesmo o mais conceituado desses pensadores discute estas teorias sem conseguir harmonizá-las e comportam-se uns com os outros como se fossem loucos. (...).

Do mesmo modo, entre aqueles que vivem preocupados, às voltas com a natureza do universo, uns creem que o que existe é uno e outros julgam-no uma quantidade infinda de elementos; uns pensam que tudo está em constante movimento e a outros parece-lhes que nada poderá nunca mover-se; uns julgam que tudo se gera e tudo se corrompe e outros acham que nada pode ter nem princípio, nem fim.

Os que achavam que tudo era uno eram os discípulos de Xenófanes, os outros eram os “atomistas”; os que achavam que não havia mudança eram Parménides e seus discípulos, os outros eram os seguidores de Heráclito. Os sábios contradizem-se entre si, por isso temos que decidir quem terá razão.

Sócrates, porém, interrogava-se também sobre as motivações dos sábios. Será que “aqueles que pesquisavam sobre fenómenos divinos acreditavam que, a partir

do momento em que conhecessem as leis que os originam, criariam, se quisessem, ventos, águas, estações ou qualquer outra coisa de que necessitassem?”

Nós hoje achamos que sim: *scientia propter potentia*, faz-se a ciência para ser mais poderoso. E, segundo Xenofonte, Sócrates “tentava saber, ainda, se os movia alguma outra curiosidade ou se lhes chegava conhecerem o que origina cada um desses fenómenos.”

O INFINITO E A EXATIDÃO DO SABER

Apesar das cautelas e do desencorajamento provocado pelos cétricos antigos e modernos, os homens não perderam o desejo de saber, tanto sobre as coisas mais grandiosas, como o cosmo inteiro, o “macrocosmo”, como sobre os animais mais pequenos e até repelentes.

Insistem mesmo em desejar saber a razão de ser mais profunda das coisas, ainda que o conhecimento seja um pouco incerto e especulativo (no mau sentido, quer dizer, fruto só da imaginação, sem fundamento) pois mais vale saber alguma coisa, por pouco que seja, sobre as questões mais importantes, que muitas coisas de detalhe sobre o que não é fundamental para o homem.

O homem é um “microcosmo” que parece também maravilhosamente ordenado, está mais próximo que as estrelas e contém dentro de si o cosmo inteiro.

Como podemos saber o que é realmente fundamenta para nós? Não teremos que parar de viver e suspender o juízo (*epochê*)? É o que diziam os cétricos antigos e sugerem os fenomenólogos modernos (como Husserl). Mas é impossível dizem os existencialistas: não podemos parar de viver.

Uma alternativa é ter em conta que nas coisas práticas podemos sacrificar uma certa precisão, como acontece no modo como viver, quer dizer, na ética e nas outras “coisas políticas”.

Textos citados:

André Laks, Glenn W. Most, *Les Débuts de la philosophie* (Paris: Fayard, 2016).

Aristófanis, *As Nuvens*, v. 140.

Emily Dickson, “Ah, Moon — and Star!” in *The Poems of Emily Dickinson*. (Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, 1998) [e.d. R.W. Franklin].

G.S. Kirk, J.E. Raven, M. Schofield, *The Presocratic Philosophers* (Cambridge: Cambridge University, 1983).

Platão, *Crátilo*, 402a.

Sexto Empírico, *Adversus Mathematicus*, VII, 3.

Xenofonte, *Memoráveis*, Livro I.1.11.14; 1.1.15.

Outras referências:

Claude Lévi-Strauss, *Les Structures élémentaires de la parenté* (Paris: La Haye, 1967). [Ed. Orig. 1949].

Leo Strauss, *Natural Right and History* (Chicago, The University of Chicago Press, 2009), [Ed. Orig. 1949].

Louis Dumont, *Homo hierarchicus: Essai sur le système des castes* (Paris: Gallimard, 1966).

Marcel Mauss, *Essai sur le don: Forme et raison de l'échange dans les sociétés archaïques* (Paris: PUF, 2007). [Ed. Orig. 1925].